CAPA

REVOLUÇÃO NO BRASIL

Para enfrentar a ditadura, eles escolheram o caminho das armas. Saiba como 1500 militantes de esquerda desafiaram o regime com atentados, assaltos e seqüestros – e de que modo, após oito anos de combates, as Forças Armadas venceram

POR TIAGO CORDEIRO REPORTAGEM PATRÍCIA HARGREAVES E MÁRCIO SAMPAIO DE CASTRO DESIGN DÉBORA BIANCHI

Militantes que pegaram em armas: 1416 espalhados em 19 organizações*

©1

Aeroporto dos Guararapes, Recife, manhã de 25 de julho de 1966. No saguão, dezenas de pessoas aguardam a chegada do general Costa e Silva, candidato do governo à presidência. Às 8h50, uma maleta é encontrada em uma banca de jornal, a poucos metros do aeroporto. O jornaleiro pede que um guarda civil a leve para a seção de achados e perdidos. O agente dá alguns passos e o objeto explode. Dentro dele havia uma bomba-relógio. O guarda perdeu uma perna e o secretário de Segurança de Pernambuco ficou sem quatro dedos da mão esquerda. O almirante da reserva Nélson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho morreram na hora. Outras 12 pessoas ficaram feridas. Costa e Silva, que seria escolhido presidente indiretamente em outubro, não estava lá (uma pane fez a aeronave em que ele viajava descer no aeroporto de João Pessoa). Começou assim, com um atentado desastrado e jamais assumido por qualquer organização, uma espécie de guerra civil não-declarada no Brasil. De um lado, as Forças Armadas. De outro, homens e mulheres que não aceitavam o governo dos militares.

O conflito durou oito anos, de 1966 a 1974. Apenas 1416 civis pegaram em armas, mas sua ousadia fez a ditadura tremer. No auge dos embates, entre 1968 e 1971, eles assaltaram 154 bancos e carros-fortes. Durante toda a luta, roubaram 3,8 milhões de dólares – valor que fez da guerrilha brasileira a mais rica do mundo na época. Também realizaram cerca de 40 atentados a bomba, seqüestraram oito aviões comerciais e quatro diplomatas (nunca antes, nem depois, um embaixador seria seqüestrado no Brasil). Um foco de guerrilha fez o Exército levar para a região do Araguaia, no atual Tocantins, 3200 homens em uma única operação. Foi o maior movimento de tropas em território nacional desde a Guerra de Canudos, no fim do século 19.

No total, os grupos guerrilheiros acumularam 3,8 milhões de dólares com suas ações

* DADOS RETIRADOS DOS LIVROS *A DITADURA ENVERGONHADA* E *A DITADURA ESCANCARADA*, DE ELIO GASPARI, *O FANTASMA DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA*, DE MARCELO RIDENTI, E *A VERDADE SUFOCADA*, DE CARLOS ALBERTO BRILHANTE ULSTRA.

Recife, 1966: guarda civil ferido é socorrido após atentado contra Costa e Silva

©2

Assaltos a bancos e carros-fortes:

1968: 17
1969: 83
1970: 47
1971: 7

©1

Nas grandes cidades, a guerra não era visível – não havia batalhões nas ruas. Mas o conflito vinha à tona com freqüência. Assaltos e atentados atribuídos a "terroristas" apareciam em manchetes de jornal, assim como fotos de militantes procurados pela polícia. Qualquer cidadão de classe média podia ser vizinho de aparelhos – o nome dado a residências que serviam de abrigo para os guerrilheiros. Cedo ou tarde, esses locais acabavam cercados pelas autoridades e invadidos com diferentes graus de violência. As barreiras policiais, os tiroteios nas ruas e as perseguições de automóveis eram comuns. Por mais que a ditadura se empenhasse em esconder o que estava acontecendo, o cheiro de pólvora estava no ar.

CENÁRIO

A primeira grande iniciativa armada contra a ditadura partiu do ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Após o golpe militar, em 1º de abril de 1964, ele se exilou no Uruguai. Estabeleceu uma conexão estreita com o líder cubano Fidel Castro e criou o Movimento Nacionalista Revolucionário. Mandou guerrilheiros para treinar em Cuba e iniciou um plano de tomada do poder. Em março de 1965, uma coluna organizada pelo ex-coronel Jefferson Cardim partiu da cidade gaúcha de Três Passos rumo ao Mato Grosso. Depois de três dias, chegaram a Cascavel, no Paraná, onde foram dispersados a tiros pelo Exército. Em 1967, Brizola apoiou mais duas iniciativas. Na primeira, na serra do Caparaó, em Minas Gerais, todos os 22 guerrilheiros se renderam sem lutar, em abril. »

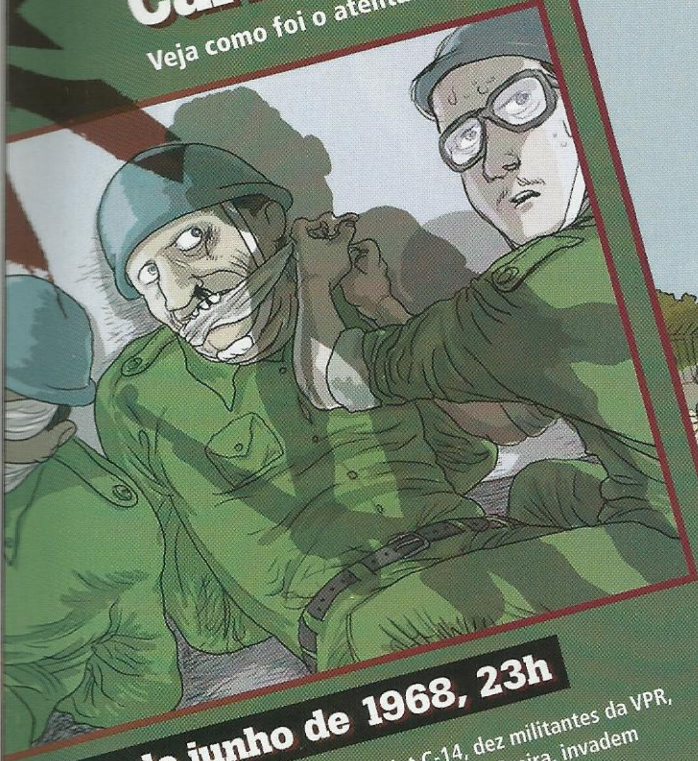
Entre 1968 e 1971
Foram seqüestrados

©1

© 1 CÁSSIO BITTENCOURT 2 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Carro -bomba em São Paulo

Veja como foi o atentado contra o quartel-general do 2º Exército



22 de junho de 1968, 23h

Usando uma caminhonete Chevrolet C-14, dez militantes da VPR, chefiados pelo ex-sargento Pedro Lobo de Oliveira, invadem o Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo. Quatro deles, disfarçados de soldados, amordaçam dois sentinelas. Os demais rendem os outros soldados. Onze fuzis são levados.

23 de junho

O comandante do 2º Exército, o general Manoel Carvalho Lisboa, dá uma entrevista coletiva e declara: "Atacaram um hospital?! Que venham atacar o meu quartel!"

26 de junho

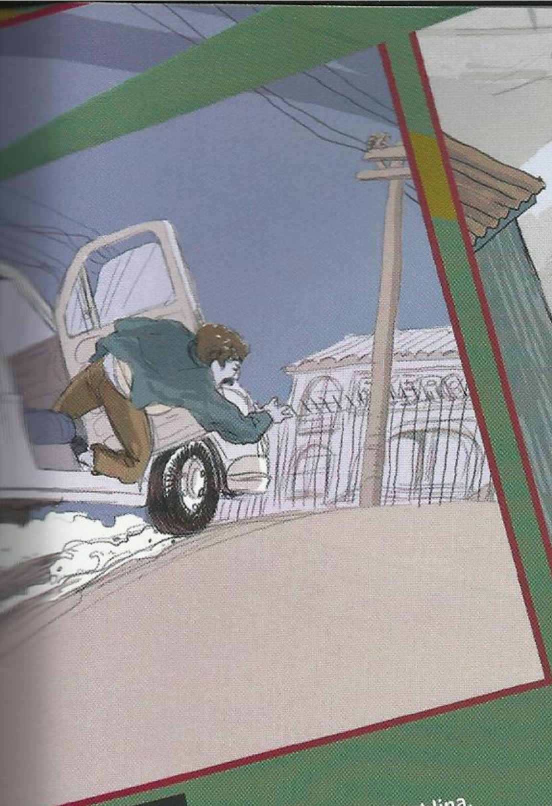
A mesma caminhonete C-14 é carregada com 50 quilos de dinamite. O pedal do acelerador é travado, para o carro andar sem motorista.No capô, é afixado um aviso: "Afaste-se, explosivos". O alvo é o quartel-general do 2º Exército, no bairro do Ibirapuera, zona sul de São Paulo. Atrás da caminhonete, três Fuscas dão cobertura. No total, oito pessoas participam da ação com dois fuzis, uma metralhadora e três revólveres.

» Já no Bico do Papagaio, no atual Tocantins, os 20 militantes debandaram em agosto, quando o organizador do movimento, o jornalista Flávio Tavares, foi preso.

Brizola desistiu de tomar o poder. O vácuo deixado por ele foi preenchido por organizações que haviam nascido do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Enquanto o "Partidão", clandestino desde 1947, defendia o combate pacífico à ditadura, a maioria das dissidências queria pegar em armas para iniciar uma revolução. "Todas elas queriam o socialismo", diz Flávio Tavares, que voltou para a luta armada em 1969. Inspirados nas revoluções chinesa e cubana (e na canseira que as tropas americanas estavam levando nos campos do Vietnã), os grupos armados queriam montar guerrilhas rurais, sustentadas pelo dinheiro adquirido em "expropriações" nas cidades. Nesse contexto cresceram as 19 organizações que partiram para o confronto direto, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). A ALN era a maior delas, com 250 membros.

Enquanto grupos armados começavam a agir, as vias pacíficas para combater a ditadura se esgotavam. Na primeira metade de 1968, houve grandes manifestações estudantis, reprimidas com violência. Greves também provocaram fortes reações – em Osasco, na Grande São Paulo, a paralisação durou seis dias e a cidade ficou sitiada pelos militares. "Quando a greve terminou, mergulhei na luta armada. Não havia liberdade nem espaço para o diálogo. O jeito era buscar o caminho da violência", diz José Ibrahim, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, que se filiou à VPR.

Quando, na sexta-feira 13 de dezembro de 1968, o presidente Costa e Silva aprovou o Ato Institucional número 5, acabando com o que restava dos direitos civis e dando carta branca à repressão, muitos jovens ganharam o motivo que faltava para pegar em armas. "A partir desse momento, a luta armada se apresentou como uma alternativa razoável", afirma a historiadora Beatriz Kushnir, diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. "O golpe de 64 me despertou para

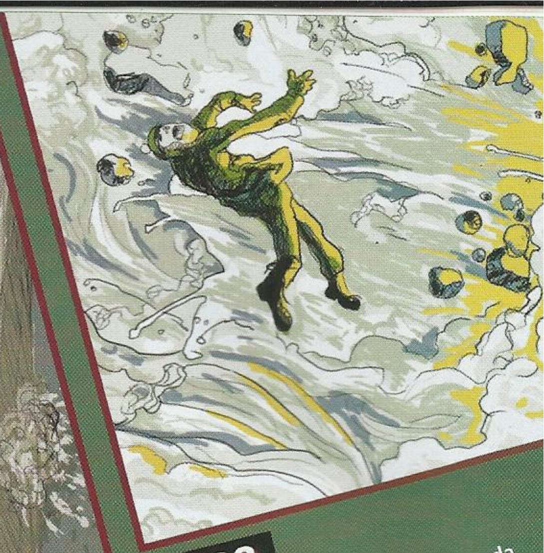


4h30

A madrugada está fria e com muita neblina. Dois militantes dirigem a caminhonete. Perto do quartel-general, os Fuscas param. O passageiro da C-14 acende o pavio dos explosivos e salta. Segundos depois, o motorista acelera e também pula do carro.

4h31

A caminhonete ruma em direção ao portão do alojamento dos oficiais. Um soldado dispara seis tiros contra ela. Perto do alvo, o veículo vazio esbarra em um poste, desvia do rumo e bate no muro.



4h33

Um dos soldados que estava de guarda, Mário Kosel Filho, se aproxima do automóvel, que explode. O impacto destrói tudo num raio de 300 metros. Kosel, de 18 anos, morre na hora. Outros seis militares ficam feridos.

a política. E o AI-5 me levou para a luta armada”, resume o fotógrafo carioca Paulo Jabur, que entrou para o MR-8 em 1969.

ATAQUE

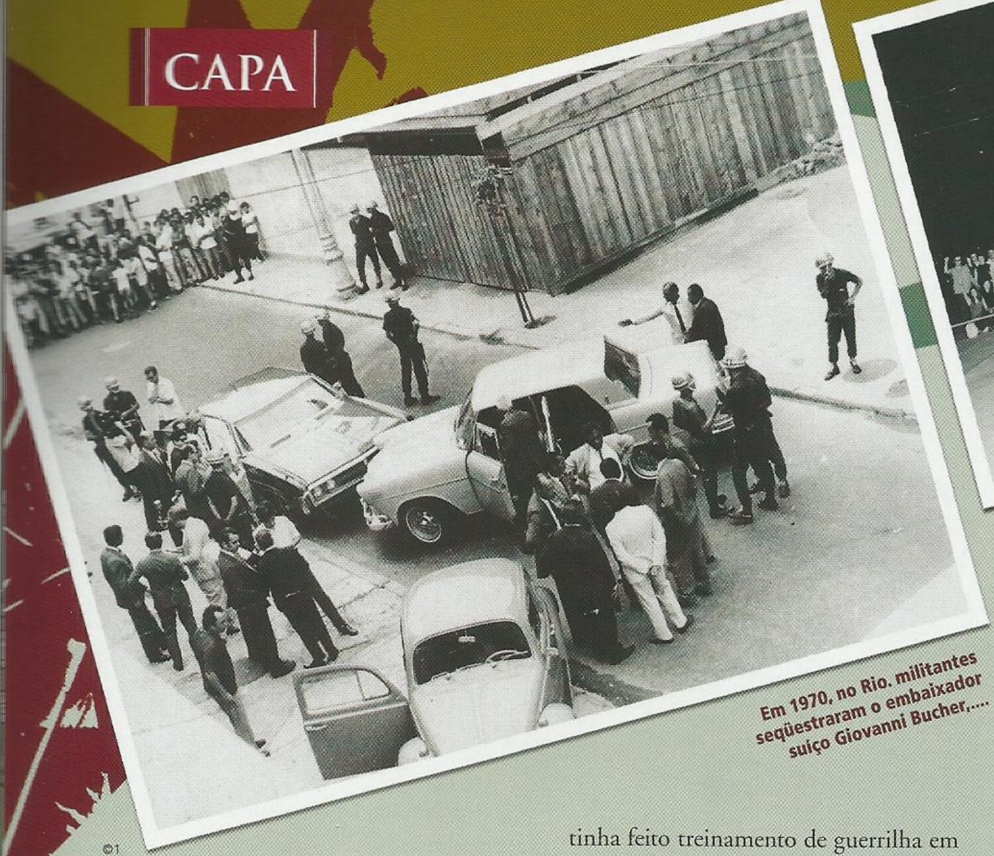
No momento em que o AI-5 entrou em vigor, os grupos de esquerda acumulavam meses de ações bem-sucedidas. Em 1967, Carlos Marighela, militante comunista ativo desde a época de Getúlio Vargas, fundou a ALN. Durante um ano, a organização confundiu a ditadura, agindo sem assumir a autoria de assaltos e atentados. O mistério acabou após o roubo de um carregamento de 31 mil dólares do Instituto de Previdência da Guanabara. Um dos envolvidos foi preso e contou o que sabia. Dias depois, a revista *Veja* de 20 de novembro de 1968 anunciava: “Procura-se Marighela, chefe comunista, crítico de futebol em Copacabana, fã de cantadores de feira, assaltante de bancos, guerrilheiro, grande apreciador de batidas de limão”.

Ao lado da ALN, a VPR se consolidou como um dos principais grupos de resistência à ditadura. Seu sucesso, em grande parte, se devia à liderança de um ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca. Em janeiro de 1968, Lamarca abandonou o 4º Regimento de Infantaria, em Osasco, levando uma Kombi com 63 fuzis e três metralhadoras. A ALN fez assassinatos seletivos de militares, assaltou o Hospital Militar do Cambuci, em São Paulo, e arremessou um carro-bomba contra o quartel-general do 2º Exército, no bairro paulistano do Ibirapuera *(veja acima como foi a ação)*.

Em maio de 1969, um comando de 13 militantes, agindo sob as ordens de Lamarca, dirigiu-se até o morro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Lá vivia um irmão de Ana Capriglioni, amante do ex-governador paulista Adhemar de Barros, morto dois meses antes. Vestidos de agentes da Polícia Federal, os membros da VPR pediram para revistar o local em busca de “material subversivo”. Levaram dali um cofre que havia pertencido a Adhemar. Em um aparelho no bairro de Jacarepaguá, usando um maçarico, um militante abriu um pequeno buraco no cofre e o encheu de água, »

“Em 1964, eu era colunista político em Brasília. Minha opção pela luta armada foi uma reação moral ao desmanche do Congresso. Liguei-me ao Brizola e fiquei responsável por montar uma guerrilha no Bico do Papagaio. Em 1967, fui preso e o grupo se desmobilizou. Ao sair da cadeia, fui para o Rio. No começo de 1969, comecei em ações armadas. Fui preso em agosto, durante uma expropriação bancária. Naquela época, o maior presente que você podia dar para uma garota era um anel de alumínio feito com a fuselagem de aviões americanos derrubados no Vietnã.” FLÁVIO TAVARES, gaúcho, jornalista, 73 anos

© BASE-V.ORG



Em 1970, no Rio, militantes seqüestraram o embaixador suíço Giovanni Bucher,...

©1

... que, 40 dias depois, foi trocado por 70 presos, enviados ao exílio

©1

Seqüestros de diplomatas

renderam a libertação para o exílio de 130 militantes

» para evitar que o dinheiro fosse queimado durante o corte do metal. Quando todas as notas foram retiradas e penduradas para secar, a VPR tinha nada menos que 2,6 milhões de dólares. Nunca no mundo um grupo guerrilheiro tinha levantado tanto dinheiro em uma única ação.

Mas o ato mais impressionante da guerrilha urbana ainda estava por vir. Membros da Dissidência Universitária da Guanabara, os jovens Franklin Martins (atual ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social do governo) e Cid de Queiroz Benjamin planejaram o seqüestro de Charles Burke Elbrick, embaixador americano no Brasil. Sem condições de realizar uma ação desse porte, os militantes pediram a ajuda da ALN. A organização destacou Virgílio Gomes da Silva, que já tinha feito treinamento de guerrilha em Cuba, e Joaquim Câmara Ferreira, braço-direito de Marighela. Na manhã de 4 de setembro, Elbrick foi interceptado em seu Cadillac e levado para uma casa na rua Barão de Petrópolis, no Rio de Janeiro.

O embaixador foi solto dois dias depois. Antes disso, os militares tiveram que se curvar a duas grandes exigências. Aceitaram que os meios de comunicação, então submetidos a censura, divulgassem um comunicado criticando o regime militar. Além disso, o governo libertou 15 presos políticos e os enviou ao México. Entre eles estavam Flávio Tavares e José Ibrahim. "Desembarquei no México e, depois, fui morar em Cuba. Fomos recebidos pessoalmente por Fidel Castro. Foi emocionante. Ele era uma figura lendária para todos nós", diz Ibrahim.

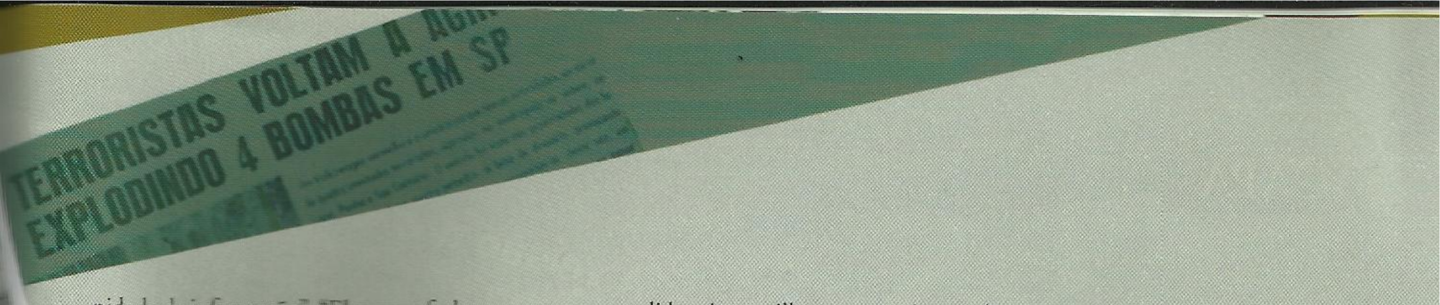
De setembro de 1969 a janeiro de 1970, foram estourados 66 aparelhos, 320 pessoas foram presas e 300 armas apreendidas

©2

CONTRA-ATAQUE

No início, as ações armadas foram um sucesso. A confiança dos grupos de esquerda chegou a ser tão grande que, em 1968, um militante entrou em um banco paulistano com uma maçã nas mãos e disse: "Assalto outra vez! Todo mundo para o banheiro!" Os militares demoraram a reagir. "Até março de 1969 não havia estrutura montada para a repressão", afirma um oficial, ativo na época, que não quis se identificar. "Os militantes não assumiam a autoria do que faziam, nem a gente acreditava que eles pudessem estar fazendo aquilo."

A resposta da ditadura foi levada a cabo por três entidades: o Centro de Informações do Exército (CIE) e o da Marinha (Cenimar) e o Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (N-Sisa). Coordenadas pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), todas funcionavam com independência do resto das Forças Armadas. Eram chamadas pelos militares de "comunidade de informação". Para combater os guerrilheiros civis, o governo havia montado sua própria guerrilha. "O quartel tinha uma clara divisão", diz outro militar, que serviu durante os 21 anos da ditadura. Ele conta que, enquanto cuidava das tarefas cotidianas do Exército ao lado dos colegas, observava à distância a movimentação dos membros da "comu-



nidade de informação". "Eles eram fechados, não participavam do nosso dia-a-dia. Andavam barbados, sem uniforme. Eram os que agiam contra os militantes e se infiltravam em organizações", afirma.

O grande contra-ataque dos militares ocorreu após o seqüestro de Charles Elbrick. "Essa ação foi nosso fracasso triunfal", diz Flávio Tavares. "Não estávamos preparados para a reação que veio depois." Em 4 de novembro de 1969, Marighela foi morto a tiros no bairro dos Jardins, em São Paulo. De setembro de 1969 a janeiro de 1970, 66 aparelhos foram descobertos, 320 pessoas foram presas e 300 armas foram apreendidas. A guerrilha nunca mais seria a mesma. "Da explosão da bomba no aeroporto dos Guararapes ao seqüestro de Elbrick, as organizações armadas têm uma narrativa de ações. Depois da morte de Marighela, começou uma crônica de cadáveres", diz o jornalista Elio Gaspari em seu livro *A Ditadura Escancarada*.

Recorrendo à tortura para conseguir informações dos prisioneiros, os agentes da ditadura começaram a desmontar a estrutura do inimigo. O ex-militante Renato Tapajós conta que, a partir do momento da prisão, uma corrida contra o tempo começava: "Tínhamos que resistir 48 horas, até que os companheiros percebessem que tínhamos desaparecido e tivessem condições de abandonar todos os lugares que eu pudesse indicar".

Encurralada, a guerrilha limitou-se a sobreviver. Em vez de grandes assaltos a banco, os alvos agora eram caixas de »

Situação da militância, em dez/1970:

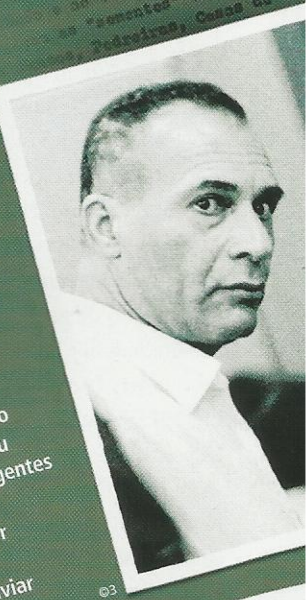
©2

"Em 1971, eu saía da faculdade de manhã, fazia ação armada na hora do almoço e ia trabalhar à tarde – o que eu mais gostava de fazer era amarrar dois policiais em um poste, algemados um de frente para o outro, e depois tocar fogo na viatura. No começo, cada expropriação bancária era uma forma de fazer propaganda. Líamos manifestos e fazíamos um rápido discurso. No fim, a gente não fazia mais isso. Só realizava as ações para comprar comida." **PAULO JABUR**, carioca, fotógrafo, 61 anos

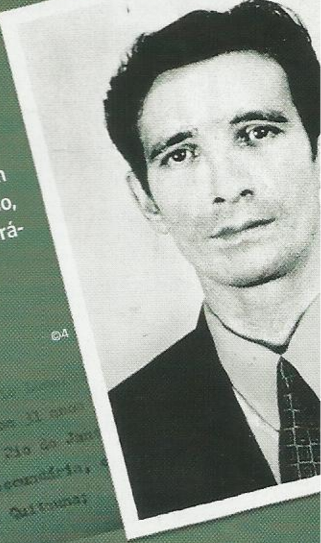
Carlos versus Carlos

A difícil relação entre os dois líderes guerrilheiros

Quando fundou a ALN, em 1967, o baiano Carlos Marighela *(ao lado)* era um carismático líder de 55 anos que gostava de escrever poemas. Tinha passado nove anos preso e outros 21 na clandestinidade. "Encontrei com ele uma vez, durante uma feijoada", conta a ex-militante Maria do Amparo Araújo. "Ele era corajoso, mas não tomava cuidado. Nas reuniões que fizemos juntos, eu ia armado e ele não", diz outro ex-militante, o jornalista Flávio Tavares. Já o carioca Carlos Lamarca *(abaixo)*, 26 anos mais novo, era mais disciplinado. Depois de ser reprovado duas vezes, entrou para a escola de cadetes, onde se tornou exímio atirador. Na clandestinidade, manteve a atitude de militar. "Era extremamente prudente e tinha uma conduta muito rígida", conta Zenaide Machado de Oliveira, que militou na VPR na mesma época. "Nunca fez o que outros dirigentes faziam, como ir para a rua com freqüência". Juntos, o líder carismático e o soldado aplicado poderiam ter feito uma parceria e tanto. Eles chegaram a manter contato – foi Marighela quem ajudou Lamarca a enviar sua mulher e os dois filhos para Cuba, dias antes de o capitão entrar para a guerrilha. Mas um episódio marcaria o rompimento entre os dois. Quando abandonou seu quartel em uma Kombi carregada de armas, Lamarca as deixou com a ALN. Dias depois, já integrado à VPR, Lamarca quis os fuzis de volta. Marighela avisou que ia ficar com eles. Lamarca respondeu que, naquele caso, faria uma ação contra a ALN para recuperá-los. Depois de três meses, Marighela acabou com a tensão e devolveu os fuzis – mas só metade. Lamarca nunca mais confiaria no xará.

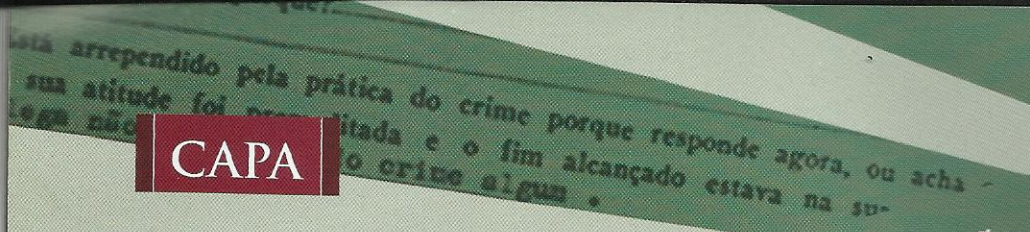


©3



©4

© 1 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
2 CÁSSIO BITTENCOURT 3 AGÊNCIA JB / BRAZ 4 REPRODUÇÃO



» supermercado e drogarias. Dois seqüestros de diplomatas, o embaixador alemão Ehrenfried von Holleben e o cônsul japonês Nobuo Okuchi, foram feitos às pressas, para libertar militantes que tinham acabado de ser presos. Em dezembro de 1970, quando o embaixador suíço Giovanni Bucher foi seqüestrado no Rio de Janeiro, o governo se recusou a soltar presos da lista apresentada. Depois de 40 dias de seqüestro, os militantes quiseram matar Bucher. Lamarca, que liderava a ação, recusou-se a interromper as negociações com o governo e conseguiu chegar a uma lista do agrado das duas partes. Foi a última ação desse tipo no Brasil.

Com a morte de Marighela, Lamarca havia assumido a posição de líder mítico que sustentava a esperança na vitória da esquerda. A ditadura sabia disso. Cansado da vida reclusa nos aparelhos, ele havia tentado montar, em 1970, um campo de treinamento de guerrilheiros no Vale do Ribeira, em São Paulo. O governo descobriu, mas Lamarca conseguiu escapar. Em 1971, ele chegou ao sertão da Bahia. Depoimentos de militantes presos em Salvador levaram o Exército até o povoado de Pintada, onde Lamarca foi morto a tiros em 17 de setembro de 1971.

Para escapar do cerco da ditadura, os grupos de esquerda ainda tinham um último recurso: o seqüestro de aviões comerciais. A idéia era simples. Militantes tomavam o controle da aeronave e obrigavam o piloto a desviar para outro país, onde pudessem se exilar – entre o fim de 1969 e o começo de 1971, quatro desses aviões, vindos do Brasil, foram forçados a aterrissar em Cuba. Mas essas ações também começaram a falhar. Em 30 de maio de 1972, o ex-marinheiro Grenaldo de Jesus Silva, do Movimento de Libertação Popular (Molipo), anunciou o seqüestro de um avião da Varig que decolou de São Paulo. Silva queria ir para o Uruguai, mas o piloto conseguiu voltar ao aeroporto de Congonhas. A polícia invadiu a aeronave e matou o militante com um tiro na nuca.

FIM

Quando Lamarca tombou no sertão, o número de militantes presos e vivendo fora do país já era bem maior do que os que ainda estavam em ação. Os cerca de 100 que restavam eram pegos um após o outro. Em alguns casos, com a ajuda de ex-militantes que, depois de presos, aderiam ao Exército e viravam "agentes duplos". O mais famoso foi José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo. Em 1973, no Recife, ele conduziu militares a um encontro da VPR. Os seis líderes do grupo que estavam lá morreram, incluindo a paraguaia Soledad Barret Viedma, companheira de Anselmo, que estava grávida.

A versão dos militares

"Livro Negro" nunca foi publicado

Quando HISTÓRIA entrou em contato com o Exército para falar a respeito da guerrilha, a resposta foi a de que não há mais, na ativa, militares que tenham atuado no confronto. O Centro de Comunicação Social do Exército indicou, então, uma fonte de pesquisa: os consagrados livros de Elio Gaspari (como *A Ditadura Escancarada*). Existe, contudo, uma outra obra, escrita pelos próprios militares, que traz acuradas informações sobre a ditadura. O problema é que ela não pode ser indicada pelo Exército, pois nunca foi publicada. Em 1986, um grupo de militares começou a escrever sua versão dos anos de chumbo. Eles estavam incomodados com *Brasil: Nunca Mais*, livro com denúncias de tortura e desaparecimento de militantes, publicado um ano antes pela Arquidiocese de São Paulo. Sob as ordens de Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército do então presidente José Sarney, analistas compilaram informações para o projeto, batizado de Orvil (a palavra "livro" ao contrário). Pronta dois anos depois, a obra descrevia acontecimentos da política brasileira a partir de 1964, incluindo a repressão à esquerda armada. Mas Leônidas optou por engavetar o projeto. Militares guardaram algumas cópias consigo, e o material ficou conhecido como "O Livro Negro do Terrorismo no Brasil". No ano 2000, parte do livro foi parar no site do grupo de direita Terrorismo Nunca Mais. Lá existem trechos que

©2

Araguaia

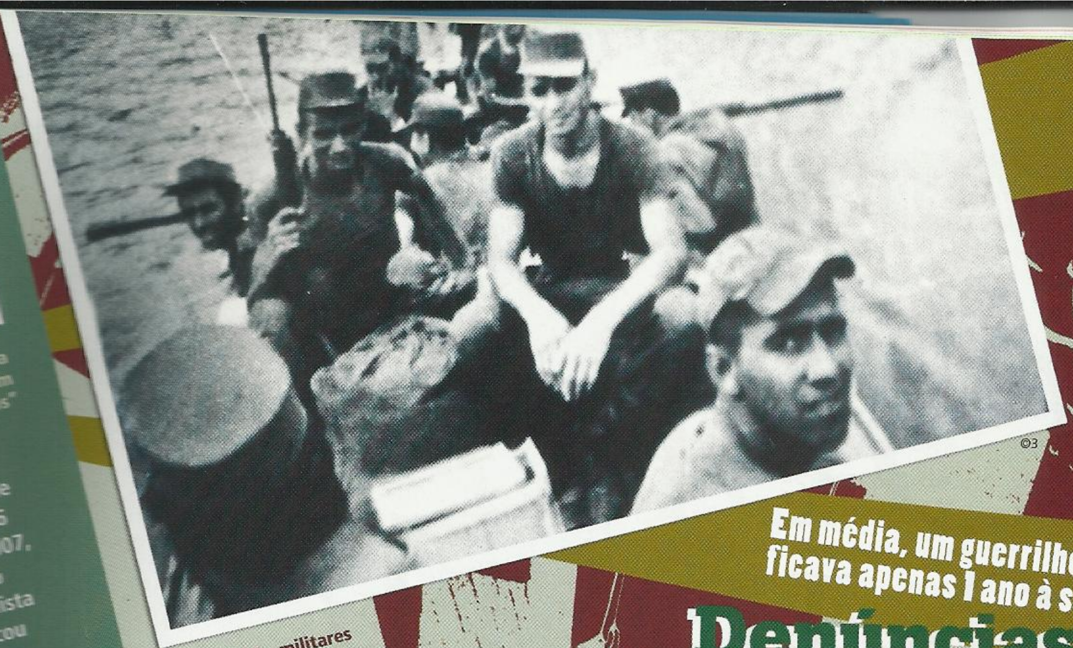
Na primeira expedição, o Exército mobilizou 3 200 homens. É o maior movimento de tropas desde a FEB.

©1

> **"Quando entrei na ALN, em 1967, eu tinha 16 anos. Minha função era cuidar das armas e mapear os lugares para as ações armadas. Em 1971, fui morar com um militante, o Iuri Xavier. Era bom que casais vivessem no aparelho, dava uma aparência de normalidade ao lugar. Acabamos nos casando – "casando" é modo de dizer: fizemos um almoço para uns três conhecidos. O Iuri morreu em um tiroteio, em 1972, e foi enterrado em São Paulo como indigente. Depois morei com outros dois militantes, que também desapareceram."** MARIA DO AMPARO ARAÚJO, pernambucana, coordenadora do grupo Tortura Nunca Mais em Recife, 57 anos

Com 966 páginas, a obra revela o que ocorreu com militantes "desaparecidos"

correspondem a cerca de 4% do original – que tem dois volumes e 966 páginas. Em abril de 2007, após ter tido acesso ao "Livro Negro", o jornalista Lucas Figueiredo publicou uma série de reportagens nos jornais *O Estado de Minas* e *Correio Braziliense*. Nelas, é possível perceber um dos motivos pelos quais os militares esconderam a obra: o livro comprova que as Forças Armadas têm informações nunca reveladas sobre a morte de diversos militantes – que foram abatidos a tiros pelo Exército mas, até hoje, seguem sendo considerados "desaparecidos".



©3

No Araguaia, militares da Força Aérea buscam corpos de guerrilheiros

Em média, um guerrilheir ficava apenas 1 ano à solt

Na mesma época, alguns militantes começaram a matar seus próprios colegas. Entre 1972 e 1973, pelo menos nove guerrilheiros quiseram abandonar as armas e, sob a acusação de traição, foram mortos pelos próprios companheiros – eram os chamados "justiçamentos". Em 1974, a ALN só teria três membros vivos e soltos. "Fui para o Rio de Janeiro e fiquei trabalhando por lá, como datilógrafa, secretária, sempre usando nomes falsos", conta Maria do Amparo Araújo, que conseguiu escapar dos militares.

A resistência armada nas cidades acabou sem formar uma alternativa de tomada de poder. Enquanto isso, só um grupo, o PCdoB, conseguira estruturar uma guerrilha rural. Em 1971, os comunistas ocupavam três áreas na região do rio Araguaia, em uma extensão de 130 quilômetros. O objetivo era fazer um trabalho lento de conscientização e mobilização dos agricultores locais. Um dos primeiros líderes a chegar, em 1966, foi Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão. Ex-boxeador, com 1,98 metro de altura, ele foi caçador e garimpeiro para se integrar à comunidade. Como escapou de várias emboscadas, os moradores da região passaram a garantir que, ao entrar no mato, Osvaldão virava lobo, cachorro ou borboleta. Morto em 4 de fevereiro de 1974, teve seu corpo içado por um helicóptero e exibido na região. Naquele momento, já não havia mais resistência nas cidades nem no campo.

Oito anos depois do atentado em Recife, os militares tinham vencido. Mas por que a esquerda do Brasil não foi capaz de repetir o sucesso de Cuba, por exemplo? Os próprios militantes levantam algumas hipóteses. A falta de cooperação é uma delas. "A política é um jogo de vaidades, e até na resistência armada as vaidades pessoais se impõem. Foi impossível estabelecer a unidade entre os grupos, e isso explica muito do fracasso da luta", diz Flávio Tavares. Outra justificativa é que a esquerda não conseguiu criar um contato real com a sociedade. Mesmo no Araguaia, depois de cinco anos de trabalho com a população local, ninguém entendia o que aqueles "paulistas" faziam ali – uns achavam que eles eram padres missionários, outros que eram grileiros.

Para os que sobreviveram, acima da análise sobre a derrota da luta armada, há a dura memória dos anos de chumbo. "Não adianta ser humanista. A história come gente", diz Paulo Jabur. "Os melhores de nós morreram, e isso foi uma perda", afirma Flávio Tavares. "Apesar de todos os nossos erros, foi uma geração que se doou. Fomos um exemplo de doação." ■

Denúncias de tortura:

©1

de 1964 até 1968: 308
1969: 1027
1970: 1206

30,7%
dos militantes que pegaram em armas eram estudantes

©1

SAIBA MAIS

LIVROS

***A Ditadura Escancarada*, Elio Gaspari, Companhia das Letras, 2002**
Conta, com precisão, a história brasileira entre 1968 e 1974. Referência obrigatória para entender o período.

***O Fantasma da Revolução Brasileira*, Marcelo Ridenti, Unesp, 1993**
Analisa as diferentes linhas ideológicas dos grupos armados e faz uma análise detalhada do perfil dos militantes.

MAIS NO SITE
Assista a trechos do filme *Hércules 56*, leia entrevista com a socióloga Zenaide Machado e veja fotos que Paulo Jabur tirou de sua cela num presídio do Rio.

© 1 CÁSSIO BITTENCOURT 2 BETO NOVAES / ESTADO DE MINAS
3 REPRODUÇÃO / ORLANDO BRITTO